

**ACTA**

Aos dezoito dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Não compareceu a Vereadora Alexandra Parada Barbosa Gesta, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – Mostrou-se preocupado com as dificuldades que muitas famílias do concelho atravessam na prestação de apoio a pessoas dependentes. Após dar conta da situação que enfrenta um casal da freguesia de Caldelas, com um filho de 18 anos, portador de Trissomia 21, defendeu a articulação dos diferentes serviços que prestam assistência social, indicando que aquela situação está associada a uma realidade que deve merecer a máxima atenção. Finalizou, defendendo que as diferentes instituições responsáveis pela assistência social devem agir em concertação para que os problemas sejam resolvidos. **2 – Vereador André Coelho Lima** – Questionou o executivo sobre o processo de candidatura das Festas Nicolinas a Património Oral e Imaterial da UNESCO, considerando que a tomada de decisões

deveria ser mais célere, lamentando que o dossier iniciado há cinco anos não tenha conhecido avanços significativos. Disse que a moção da Assembleia Municipal de Guimarães junto da Assembleia da República para que fosse ratificada a convenção que tornou possível a apresentação de candidaturas portuguesas a Património Oral e Imaterial da Humanidade deu azo a que fosse rapidamente apresentada a candidatura do fado à obtenção daquele galardão. **3 – Vereador António Salgado Almeida – a)** – Perguntou se tinha existido alguma reestruturação dos transportes urbanos, visto que o autocarro deixou de circular junto da zona do Parque da Cidade; **b)** – Relembrou o assunto das despesas da Capital Europeia da Cultura 2012, tratado na última reunião de Câmara, questionando sobre a conta de 30 mil euros paga pela Autarquia a uma Sociedade de Advogados de Lisboa pela elaboração dos Estatutos da Fundação Cidade de Guimarães **4 – Vereadora Francisca Abreu** – Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima informou que foi constituída uma equipa técnica que elaborou um trabalho de terreno para saber se a iniciativa era válida, chegando a realizar-se reuniões com o Ministério da Cultura e com a UNESCO. Disse, ainda, que para se avançar com a candidatura era necessário fazer estudos e elaborar um trabalho de investigação consistente, acrescentando que, brevemente, será assinado um protocolo com um professor universitário para garantir o desenvolvimento dessa missão; **5 – Presidente da Câmara – a)** – Sobre o pedido de consulta do relatório da equipa técnica sobre as Festas Nicolinas disse ao Vereador André Coelho Lima que o deveria requerer; **b)** – Sobre a situação da família que o Vereador José Manuel Antunes apresentou, manifestou confiança na capacidade de análise dos serviços de acção social e da correspondente articulação com a Cooperativa Fraterna, admitindo



que a Autarquia poderá reforçar a verba destinada aos apoios sociais; **c)** – Sobre a questão dos Estatutos da Fundação Cidade de Guimarães explicou que o valor foi pago em função da complexidade do processo que culminou com a criação da Fundação Cidade de Guimarães, argumentando que foi a urgência que determinou a solução encontrada para acautelar uma verba do Ministério da Cultura destinada à Capital Europeia da Cultura 2012. **6 – Vereador Amadeu Portilha** – Sobre a passagem dos transportes urbanos junto do Parque da Cidade disse que a ligação será restabelecida na próxima semana com passagem de um autocarro a cada vinte minutos junto da EB 2,3 João de Meira. ----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do n.º 1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da realização, no próximo dia 6 de Dezembro, de uma Sessão de Esclarecimento dirigida essencialmente aos agentes turísticos do concelho e subordinada ao tema “Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos”; **2** – Leu parte da acta da reunião da

Comissão de Vencimentos que sustenta a decisão, aprovada por unanimidade, de um corte de 30% no valor mensal dos salários da equipa de gestão da Fundação Cidade de Guimarães, bem como do montante estabelecido para as senhas de presença dos membros do Conselho Geral; **3** – Disse que várias placas identificadoras dos principais monumentos do Centro Histórico de Guimarães foram furtadas sendo que os roubos aconteceram depois de idênticos crimes terem tido como alvos os bancos dos abrigos de passageiros dos transportes públicos e as tampas de saneamento. Referiu, ainda, que já foi solicitado o reforço da vigilância policial e que se procederá à colocação de novas placas.

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

I – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 4 de Novembro de 2010, que aprovou a repartição de encargos da obra **“Variante de Campelos – Ponte”**, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano de Actividades para o ano de 2010 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €800.000,00 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 3.3.1.1.11. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “M. Couto Alves, S.A.” conforme proposto pelo Júri do Procedimento em 24 de Setembro de 2009, pelo preço de €684.228,94 + IVA e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2010** – €369.990,14 + IVA = €392.189,55; **Ano de 2011** – €314.238,80 + IVA = €333.093,13; **II** – Da seguinte informação do Departamento Financeiro: **“Proposta para Abertura – Concurso Público n.º 12/2010** – Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos



seguintes termos: **Bem ou serviço:** Prestação de serviços – Seguro de Acidentes de Trabalho, ano 2011; **Preço base:** €185.603,15 (isento de IVA); **Classificação económica:** 01030901; **Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães; **Júri: - Efectivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais:** Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; Maria Irene Malheiro dos Santos Alves Pinto, Directora do Departamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação; **Vogais Suplentes:** Maria Luísa Machado Vilaça, Técnica Superior; Carla Alexandra Castro, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões, sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior”. **III** – Da seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **“REALIZAÇÃO DA HASTA PÚBLICA 2/2010 – 18 TERRENOS PROPRIEDADE MUNICIPAL** – Serve a presente para informar que no passado dia **9 de Novembro**, pelas 10 horas, deu-se início, no Auditório da Biblioteca Municipal Raul Brandão, à venda, em hasta pública, de dezoito terrenos da propriedade da autarquia, conforme deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 30 de Setembro de 2010, tendo sido lavrada a respectiva acta, que se anexa. No total, foram adjudicados **10 terrenos**, pelo valor total de **€403.850,00**, superando assim os respectivos valores bases de licitação no montante total de **€29.920,00**, conforme quadro abaixo

discriminado. Naquela data, os adjudicatários procederam ao pagamento de 25% do valor de venda, nos termos do estabelecido na cláusula 7ª do Regulamento da Hasta Pública 2/2010, sendo que o pagamento dos restantes 75% será efectuado aquando a outorga da correspondente escritura, que deverá ocorrer no prazo máximo de 90 dias. -----

Nº	Localização/ Freguesia	Valor base de Licitação	Valor Venda	25% Pago no Acto	Diferença
					(V.Base-V.Venda)
1	Lugar de Riba D´Ave ou Ribeirinha – Brito	127.220,00 €	_____	_____	_____
2	Lugar de Balteiro – Calvos	39.200,00 €	_____	_____	_____
3	Lugar do Monte da Lapinha – Calvos	20.410,00 €	_____	_____	_____
4	Lugar do Monte da Lapinha – Calvos	21.410,00 €	_____	_____	_____
5	Lugar da Fonte – Ponte	29.570,00 €	31.000,00 €	7.750,00 €	1.430,00 €
6	Lugar da Fonte – Ponte	29.420,00 €	30.000,00 €	7.500,00 €	580,00 €
7	Parque Industrial, Ponte	52.210,00 €	61.000,00 €	15.250,00 €	8.790,00 €
8	Parque Industrial, Ponte	52.210,00 €	60.250,00 €	15.062,50 €	8.040,00 €
9	Parque Industrial, Ponte	52.210,00 €	60.000,00 €	15.000,00 €	7.790,00 €
10	Parque Industrial, Ponte	52.210,00 €	53.250,00 €	13.312,50 €	1.040,00 €
11	Parque Industrial, Ponte	71.750,00 €	73.250,00 €	18.312,50 €	1.500,00 €
12	Parque Industrial, Ponte	72.950,00 €	_____	_____	_____
13	Parque Industrial, Ponte	31.610,00 €	_____	_____	_____
14	Lugar da Ponte Velha, Sande Vila Nova	11.450,00 €	11.700,00 €	2.925,00 €	250,00 €
15	Lugar da Ponte Velha, Sande Vila Nova	11.450,00 €	11.700,00 €	2.925,00 €	250,00 €
16	Lugar da Ponte Velha, Sande Vila Nova	11.450,00 €	11.700,00 €	2.925,00 €	250,00 €
17	Lugar da Ponte Velha, Sande Vila Nova	16.140,00 €	_____	_____	_____
18	Rua dos Moleiros, Silvares	3.460,00 €	_____	_____	_____
TOTAL		706.330,00€	403.850,00€	100.962,50€	29.920,00€



Assim, deverá o assunto ser submetido a conhecimento da reunião de Câmara, designadamente quanto ao resultado da presente hasta pública. À consideração superior". A referida Acta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; **IV** – Da seguinte informação dos Serviços de Educação: **"Transferência de Verba para Encargos com Pessoal em Refeitórios e Prolongamento de Horário – Ano Civil 2011 – Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar** – Como é do conhecimento superior, com base no Acordo de Cooperação da Educação Pré-Escolar, celebrado entre a Autarquia, a DREN e o Instituto da Segurança Social, renovado anualmente e a vigorar de 1 de Setembro de 2010 a 31 de Julho de 2011, tem vindo esta Autarquia a transferir verbas para Entidades (Centros Sociais, Juntas de Freguesia, Agrupamentos de Escolas) que asseguram os encargos com pessoal no desenvolvimento das actividades de animação (prolongamento de horário) e de apoio social à família (refeitório) para as crianças matriculadas nos Jardins-de-infância da rede pública. De acordo com os dados fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, informa-se que no ano lectivo 2010/2011 irão beneficiar deste tipo de apoio 59 Jardins-de-infância, abrangendo um total de 1676 crianças para almoço e 1447 para prolongamento de horário, o que implica a transferência de uma verba anual no valor de €1.204.001,59. Assim, propõe-se que o assunto seja submetido a reunião de Câmara para conhecimento. Segue em anexo o mapa de pormenor". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; **V** – Do ofício da VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A. remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas do primeiro semestre de 2010, aprovado em

reunião do Conselho de Administração de 27 de Outubro de 2010, que se encontra disponível para consulta na Secretaria Geral desta Câmara Municipal. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -

CÂMARA – VITRUS AMBIENTE, EM, SA – ALTERAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL NA ASSEMBLEIA-GERAL – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação de 23 de Setembro de 2010, a Câmara Municipal aprovou a designação dos representantes do Município na VITRUS AMBIENTE, EM, SA. Decorrente de reorganização interna torna-se necessário alterar parcialmente aquela deliberação no que respeita à designação do representante na Assembleia-Geral, pelo que proponho que o Órgão Executivo delibere aprovar que seja designado como representante da Câmara Municipal na Assembleia Geral da VITRUS AMBIENTE, EM, SA, o Vereador Domingos Bragança Salgado”. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com seis votos a favor e quatro em branco. -----

CÂMARA – NOMEAÇÃO DE JUÍZES SOCIAIS – Presente a seguinte proposta: “A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, Lei nº 147/99 de 1 de Setembro e a Lei Tutelar Educativa, Lei nº 166/99 de 14 de Setembro, prevêem a intervenção de um Tribunal composto por um Juiz de Direito e por dois Juizes Sociais no debate judicial em processo de promoção e protecção de crianças e jovens e nas audiências em que esteja em causa a



aplicação de uma medida de internamento do menor. O Decreto-Lei nº 156/78 regulamenta o regime de recrutamento e funções dos Juízes Sociais que irão intervir nas acções de competências dos Tribunais de menores. Pretende-se que o Juiz Social participe nas decisões relativas a crianças e jovens em perigo de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral. Considera-se que a criança ou o jovem está em risco quando abandonada ou entregue a si própria, sofre maus tratos físicos ou é vítima de abusos, é obrigada a trabalhos excessivos para a sua idade, está sujeita a comportamentos que afectam a sua segurança ou equilíbrio emocional, se entrega a consumos que afectam a sua saúde e segurança, sem que os pais ou quem tenha a sua guarda, se oponham de modo adequado a resolver a situação. Os Juízes sociais são nomeados por um período de dois anos, mantendo-se em funções até à tomada de posse dos seus sucessores, perante o Presidente do Tribunal da Comarca de Guimarães, podendo ser substituídos, nas suas faltas e impedimentos, por suplentes. Os Juízes Sociais que irão intervir nas causas de competência dos Tribunais de Menores são nomeados de entre os cidadãos residentes no Município da sede do respectivo Tribunal, sendo no caso do Tribunal da Comarca de Guimarães, o seu número de quinze efectivos e quinze suplentes. A organização de candidaturas compete à Câmara Municipal de Guimarães podendo esta socorrer-se da cooperação de entidades públicas ou privadas, nomeadamente associações de pais, estabelecimentos de ensino, associações de assistência, clubes de jovens, instituições ligadas à infância e juventude. A lista aprovada em reunião da Câmara Municipal será posteriormente enviada à Assembleia Municipal e, após a sua aprovação, remetida ao Conselho Superior de Magistratura e Ministério da Justiça. Nestes termos e no

cumprimento do disposto nos artigos 33º e 36º do Decreto-Lei nº 156/78 de 30 de Junho, proponho a aprovação da lista anexa de candidatos a Juízes Sociais no Município de Guimarães”. A referida lista dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, VOTAR A LISTA NO SEU CONJUNTO. DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com seis votos a favor e quatro em branco. -----

OBRAS PÚBLICAS – EXTENSÃO DO MUSEU ALBERTO SAMPAIO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 11 de Novembro de 2010, que aprovou a repartição de encargos da obra em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2010 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €700.000 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.5.1.32 Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “António da Silva Campos, S.A.” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 08/11/2010, pelo preço de €1.835.000,00 + IVA, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: Ano de 2010 – €36.157,29+ IVA = €38.326,73; Ano de 2011 – €1.798.842,71 + IVA = €1.906.773,27”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – EXTENSÃO DO MUSEU ALBERTO SAMPAIO – ADJUDICAÇÃO – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, propondo que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente “António da Silva Campos, S.A.”, pelo preço de €1.835.000,00 (um milhão oitocentos e trinta e cinco mil



euros) + IVA para um prazo de execução de 365 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – LABORATÓRIO DA PAISAGEM – Presente

a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Laboratório da Paisagem – Creixomil, submete-se à consideração superior nos termos do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos – CCP (Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro, alterado e Republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro), a presente proposta de decisão de contratar. 2. Para efeitos do artº 38º do CCP, propõe-se face ao valor económico estimado de €1.200.000,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.4.6.27 do Plano Plurianual de Investimentos a adopção de Concurso Público, nos termos da alínea b), do artº 19.º, do CCP. 3. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento com: Fixação do parâmetro base do preço contratual em €1.200.000,00 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 240 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 4. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho –

Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **5.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O Programa de Procedimento com projecto bem como o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – RECONVERSÃO DA EB1/JI DE MOSTEIRO S. TORCATO PARA CENTRO ESCOLAR – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Reconversão da EB1/JI de Mosteiro S. Torcato para Centro Escolar, submete-se à consideração superior, nos termos do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos – CCP (Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro, alterado e Republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro), a presente proposta de decisão de contratar. 2. Para efeitos do artº 38º do CCP, propõe-se face ao valor económico estimado de €2.900.000,00 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.1.1.29 do Plano Plurianual de Investimentos a adopção de Concurso Público, nos termos da alínea b), do artº 19.º, do CCP. 3. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento com: Fixação do parâmetro base do preço contratual em €2.900.000,00 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do



contrato a celebrar de 365 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **4.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **5.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O Programa de Procedimento com projecto bem como o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO – AMPLIAÇÃO DA EB1/JI BARCO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Ampliação da EB1/JI Barco, submete-se à consideração superior nos termos do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos – CCP (Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro, alterado e Republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro), a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos do art. 38º do CCP, propõe-se face ao valor económico estimado de €1.800.000,00 + IVA, a

satisfazer pela dotação 2.1.1.2.12 do Plano Plurianual de Investimentos a adopção de Concurso Público, nos termos da alínea b), do art. 19.º, do CCP. **3.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca o Caderno de Encargos e o Programa de Procedimento com: Fixação do parâmetro base do preço contratual em €1.800.000,00 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 300 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **4.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **5.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O Programa de Procedimento com projecto bem como o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----
PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GUIMARÃES – Presente uma informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico



relativa ao procedimento de Alteração do Plano Director Municipal de Guimarães, que se anexa. A informação bem como os documentos anexos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE TERRENO PARA A VARIANTE DE CAMPELOS, FREGUESIA DE PONTE – PARCELAS 6A e 6B

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal, em sua reunião de 7 de Maio de 2009, deliberou desistir do processo expropriativo das parcelas 5A e 5B, com as áreas de 918,00m² e 4.900m², necessárias à obra acima mencionada, em virtude de superiormente ter sido decidido alterar o traçado inicial daquela obra. Todavia, com o novo traçado permaneceu a necessidade de ocupar duas parcelas, cuja designação se manteve em 5A e 5B, agora com as áreas de 696,40m² e 3.451m², respectivamente, e ainda se tornou imprescindível adquirir duas parcelas de terreno com as áreas de 185m² e 49m², a Carlos Alberto de Freitas Caldas. Entretanto, solicitou-se a um perito da lista oficial a avaliação da parcela com a área de 185m², tendo o mesmo determinado um valor de €9.200,00, correspondendo a €49,73/m², desde que o Município assumisse a reposição dos muros e tanque de rega. Posteriormente, o Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico definiu como efectivamente necessário adquirir, para além daquela parcela, uma outra com a área de 49m², na sequência da reclamação apresentada pelo interessado. Assim, em reunião havida entre o Vereador Domingos Bragança e o proprietário, foi proposta a aquisição também desta última parcela de terreno pelo valor unitário de

€49,73/m², pelo que o Município teria de proceder ao acréscimo do pagamento no montante de €2.436,76, pela indicada área. O proprietário manifestou a sua concordância perante os valores propostos para as duas parcelas de terreno. Nestes termos, submete-se à consideração superior a aquisição, a Carlos Alberto de Freitas Caldas e mulher, Maria Fernanda de Faria Caldas, nos termos previstos no artigo 11º do Código das Expropriações, as seguintes parcelas de terreno: 1 - Parcela 6A, com a área de 49m², a confrontar do Norte, Sul e Poente com terreno do domínio público e do Nascente com terreno sobranceiro, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 3654/Ponte e do inscrito na matriz urbana da freguesia de Ponte sob o artigo 1.100, pelo preço de €2.436,76; 2 - Parcela 6B, com a área de 185m², a confrontar do Norte com terreno sobranceiro e terreno do domínio público, do Sul e Poente com terreno do domínio público e do Nascente com Joaquim Oliveira, a desanexar do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 3654/Ponte e do inscrito na matriz urbana da freguesia de Ponte sob o artigo 1.100, pelo preço de €9.200,00. Salienta-se ainda que deverá ser assumido que o Município executará, no decorrer da obra, o muro de vedação, bem como a mudança do tanque existente na parcela 6B. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.03.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO MUNICIPAL INTERNO DE FARDAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL

– Presente a seguinte informação da Directora do Departamento de Administração Geral: "Dando cumprimento aos objectivos fixados no âmbito do SIADAP para o ano de 2010,



cumpre-me informar o Sr. Presidente que se encontra concluído o REGULAMENTO MUNICIPAL INTERNO DE FARDAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL. Este documento foi trabalhado com a colaboração dos Serviços de Higiene e Segurança no Trabalho da Câmara Municipal. No caso de o Regulamento merecer a concordância do Sr. Presidente, o órgão competente para a sua aprovação é a Câmara Municipal". O Regulamento Municipal Interno de Fardamentos e Equipamentos de Protecção Individual dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de Novembro de 2010, que concordou com a seguinte informação da Directora do Departamento de Recursos Humanos: "Na sequência da necessidade de resolução dos procedimentos concursais em aberto, propomos ao Sr. Vereador, que a aplicação do método de selecção nos procedimentos concursais decorrente da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro, por se tratar de uma tarefa que se afigura exigente e rigorosa na sua tramitação, implicando obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício de uma função, se proceda à contratação de uma entidade especializada e acreditada, com técnicos de gestão de recursos humanos, com formação adequada para o efeito. Esta necessidade é urgente, na medida em que a conclusão dos procedimentos concursais deverá ser encerrada antes do final do corrente ano. O Departamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação não dispõe de

recursos humanos suficientes com as habilitações necessárias para a prossecução desta tarefa, não tendo possibilidades de satisfazer a necessidade em tempo útil com recurso ao actual quadro de pessoal da Autarquia. Deste modo, tratando-se da execução de trabalho não subordinado e não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, propõe-se que, ao abrigo do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, seja solicitada autorização à Câmara Municipal para a celebração de um contrato de tarefa, que terá como objecto a execução dos trabalhos específicos supra referidos, pelo período de um mês. Para a emissão deste parecer prévio, necessário para a celebração do contrato de tarefa supra mencionado, informa-se a que: a) o objecto do contrato é a assessoria técnica para a aplicação do método da entrevista de avaliação de competências a cento e sessenta e quatro candidatos para ocupação de trinta e três postos de trabalho para diversos serviços Municipais. Esta assessoria potenciará um contributo inequívoco ao desenvolvimento e aprofundamento do processo de selecção" visando assegurar através de uma análise estruturada, que se baseia num guião de entrevista composto por um conjunto de questões directamente relacionadas com o perfil de competências previamente definido. O guião deve estar associado a uma grelha de avaliação individual que traduza a presença ou a ausência dos comportamentos em análise. No âmbito desta prestação de serviços o prestador deve manter contacto regular e realizar reuniões de trabalho, quer com a Câmara Municipal de Guimarães, quer com o Departamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação, que articulará com os serviços que necessitam de prover os postos de trabalho, designadamente, no



âmbito da definição do perfil de competências sempre que tal seja considerado necessário. b) Esta despesa, que se estima num valor base de €12.000,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tem cabimento orçamental na rubrica 12/02.02.25. c) Propõe-se, como procedimento de formação do contrato, o ajuste directo ao abrigo da al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/20008, de 29 de Janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos, contratando-se, para o efeito o IGAP – Instituto de Gestão e Administração Pública, entidade sem fins lucrativos e declarada de utilidade pública.” Os motivos pelos quais a escolha recaiu sobre esta entidade têm a ver com o facto de os serviços Municipais conhecerem já o trabalho por ele realizado, nesta área”, desde a concepção, organização, aplicação e conclusão deste método, na Administração Pública. A Portaria 83-A/2009, 22 de Janeiro prevê esta obrigatoriedade, para garantir o cumprimento dos métodos de selecção nos procedimentos concursais, tornando-se necessário que estes apresentem evidências de que tal método foi cumprido em toda a sua amplitude. Considerando a necessidade do parecer prévio do órgão executivo e atenta à urgência do procedimento, propõe-se que seja concedida autorização para contratação do procedimento e posterior ratificação em Reunião de Câmara”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 12 e na unidade económica 02.02.25. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. ----**

PESSOAL – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de Novembro de 2010, que concordou com a seguinte informação da Directora do Departamento de Recursos Humanos: “Na sequência da necessidade de resolução dos procedimentos concursais em

aberto, propomos ao Sr. Vereador, que a aplicação do método de selecção nos procedimentos concursais decorrente da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro, por se tratar de uma tarefa que se afigura exigente e rigorosa na sua tramitação, implicando obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício de uma função, se proceda à contratação de uma entidade especializada e acreditada, com técnicos de gestão de recursos humanos, com formação adequada para o efeito. Esta necessidade é urgente, na medida em que a conclusão dos procedimentos concursais deverá ser encerrada antes do final do corrente ano. O Departamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação não dispõe de recursos humanos suficientes com as habilitações necessárias para a prossecução desta tarefa, não tendo possibilidades de satisfazer a necessidade em tempo útil com recurso ao actual quadro de pessoal da Autarquia. Deste modo, tratando-se da execução de trabalho não subordinado e não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, propõe-se que, ao abrigo do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, seja solicitada autorização à Câmara Municipal para a celebração de um contrato de tarefa, que terá como objecto a execução dos trabalhos específicos supra referidos, pelo período de 10 dias. Para a emissão deste parecer prévio, necessário para a celebração do contrato de tarefa supra mencionado, informa-se a que: a) o objecto do contrato é a prestação de serviços no âmbito da realização de Avaliação Psicológica, enquanto método de selecção integrado nos procedimentos de recrutamento, a cento e dezassete candidatos,



para ocupação de onze postos de trabalho para diversos serviços Municipais. Esta assessoria potenciará um contributo inequívoco ao desenvolvimento e aprofundamento do processo de selecção visando assegurar através de uma análise estruturada, que consiste no desenvolvimento de um conjunto de acções por equipa técnica qualificada, tendo em vista a aplicação de provas psicológicas. No âmbito desta prestação de serviços o prestador deve manter contacto regular e realizar reuniões de trabalho, quer com a Câmara Municipal de Guimarães, quer com o Departamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação, que articulará com os serviços que necessitam de prover os postos de trabalho. b) Esta despesa, que se estima num valor base de €3.360,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tem cabimento orçamental na rubrica 12/02.02.25. c) Propõe-se, como procedimento de formação do contrato, o ajuste directo ao abrigo da al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/20008, de 29 de Janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos, contratando-se, para o efeito a SHL, Portugal – People Solutions, entidade credível como consultores de recursos humanos devidamente acreditada para o efeito. Os motivos pelos quais a escolha recaiu sobre esta entidade têm a ver com o facto de os serviços Municipais conhecerem já o trabalho por ele realizado, nesta área, desde a concepção, organização, aplicação e conclusão deste método, na Administração Pública. A Portaria 83-A/2009, 22 de Janeiro prevê esta obrigatoriedade, para garantir o cumprimento dos métodos de selecção nos procedimentos concursais, tornando-se necessário que estes apresentem evidências de que tal método foi cumprido em toda a sua amplitude. Considerando a necessidade do parecer prévio do órgão executivo e atenta à urgência do

procedimento, propõe-se que seja concedida autorização para contratação do procedimento e posterior ratificação em Reunião de Câmara”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 12 e na unidade económica 02.02.25. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – EXAMES MÉDICOS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de Novembro de 2010, que concordou com a seguinte informação da Directora do Departamento de Recursos Humanos: “Na sequência da necessidade de resolução dos procedimentos concursais em aberto, propomos ao Sr. Vereador, que a execução dos exames médicos previstos na Portaria n.º 247-B/2000, de 8 de Maio, por se tratar de uma tarefa específica, caracterizada como um conjunto de actos médicos definidos na lei, que se afigura exigente e rigorosa na sua tramitação, implicando obter, a aptidão dos candidatos para o exercício de funções como Policia Municipal, se proceda à contratação de uma entidade Clínica especializada e acreditada. Esta necessidade é urgente, na medida em que a conclusão dos procedimentos concursais deverá ser encerrada antes do final do corrente ano. Assim, e porque o Município não dispões deste tipo de serviços, somos a propor a contratação do mesmo a uma entidade clínica local. Deste modo, tratando-se da execução de trabalho não subordinado e não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, propõe-se que, ao abrigo do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, seja solicitada autorização à Câmara Municipal para a celebração de um contrato de tarefa, que terá como objecto a execução dos trabalhos específicos supra



referidos, pelo período de um mês. Para a emissão deste parecer prévio, necessário para a celebração do contrato de tarefa supra mencionado, informa-se a que: a) o objecto do contrato é a assessoria técnica para a elaboração de exames médicos a sessenta e um candidatos para ocupação de 20 postos de trabalho para o Serviço de Polícia Municipal. b) Esta despesa, que se estima num valor base de €225,00, por candidato, está isenta de IVA, de acordo com alínea h), n.º 27, art.º 9.º, do CIVA e tem cabimento orçamental na rubrica 12/02.02.25. c) Propõe-se, como procedimento de formação do contrato, o ajuste directo ao abrigo da al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/20008, de 29 de Janeiro, diploma que aprovou o Código dos Contratos Públicos, convidando-se, para o efeito entidades locais, como Casa de Saúde de Guimarães e Clínica Cruz Verde. Os motivos pelos quais a escolha recaiu sobre estas entidades têm a ver com o facto de os serviços Municipais conhecerem já o trabalho por elas realizado, nesta área, desde a concepção, organização, aplicação e conclusão deste método, na Administração Pública. Considerando a necessidade do parecer prévio do órgão executivo e atenta à urgência do procedimento, propõe-se que seja concedida autorização para contratação do procedimento e posterior ratificação em Reunião de Câmara”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 12 e na unidade económica 02.02.25. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA COMPARTICIPAÇÃO DE LIVROS E MATERIAL ESCOLAR (AUXÍLIOS ECONÓMICOS DIRECTOS) – ANO LECTIVO 2010/2011 – Presente, para ratificação, o

despacho do Presidente da Câmara, datado de 22 de Outubro de 2010, que concordou com a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é do conhecimento superior, em reunião de Câmara de 1 de Julho de 2010, foi deliberado atribuir, para o ano lectivo 2010/2011, aos Agrupamentos de Escolas, uma verba global no valor de €117.888,00 para a comparticipação de livros e material escolar dos alunos abrangidos pela Acção Social Escolar. A atribuição desta verba teve por base o número de alunos que no ano lectivo transacto beneficiaram deste tipo de apoio, uma vez que se pretendia que, logo no início do ano lectivo, os alunos dos escalões A e B pudessem dispor do material necessário às actividades curriculares. Assim e considerando que: o Despacho n.º 18987/2009, de 17 de Agosto de 2009, que regula as condições de aplicação das medidas de Acção Social Escolar da responsabilidade do Ministério da Educação e dos Municípios, na redacção que lhe foi dada pelo Despacho 14368-A/2010, de 14 de Setembro de 2010, determina como valores mínimos de comparticipação para os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico o seguinte: **Escalão A** – 1.º e 2.º anos – €39,30; 3.º e 4.º anos – €45,30. **Escalão B** – 1.º e 2.º anos – €19,60; 3.º e 4.º – €22,70. Em resultado da actualização do número de alunos abrangidos pela Acção Social Escolar, conforme elementos fornecidos pelos Agrupamentos de Escolas, referentes ao ano lectivo em curso e da aplicação do Despacho supra mencionado, o valor global da comparticipação a atribuir é de €107.361,40, pelo que se propõe a rectificação da deliberação de Câmara. Assim, e de acordo com o mapa em anexo, verificou-se, no cômputo geral, uma diminuição do número de alunos abrangidos pela Acção Social Escolar (Escalão A – 171 alunos; Escalão B – 176 alunos), pelo que em todos os Agrupamentos de Escolas, com excepção do



Agrupamento de Escolas do Ave onde a verba atribuída será reforçada em €184,20, haverá lugar ao reembolso de verba ao Município, no valor de €10.710,80. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. O mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – APOIO À ACTIVIDADE EDITORIAL – Presente a acta da Comissão de Selecção da Comissão Consultiva prevista no Regulamento para Apoio à Actividade Editorial para, nos termos do referido Regulamento, proceder à apreciação dos pedidos de apoio a edição, reedição e aquisição de livros. Foi apreciado o pedido de aquisição de livros editados e a editar. Em resultado da respectiva apreciação a Comissão decidiu propor a aquisição dos seguintes livros: dez exemplares do livro "O Celibato Eclesiástico na Literatura Portuguesa, ao preço por capa de €21,00, o que perfaz um total de €210,00 (duzentos e dez euros) (IVA incluído); dez exemplares do livro "Cinzas de Sal & de Sol", ao preço unitário de €11,00, o que perfaz um total de €110,00 (cento e dez euros) (IVA incluído); dez exemplares do livro "O Segredo de Luciana e Outros Contos", ao preço por capa de €10,00, o que perfaz um total de €100,00 (cem euros) (IVA incluído); dez exemplares do livro "100 Anos de República", ao preço por capa de €15,00, o que perfaz um total de €150,00 (cento e cinquenta euros) (IVA incluído); vinte exemplares do livro "Ambientes Românticos em Casas Nobres do Norte de Portugal", ao preço unitário de €57,00, o que perfaz um total de €1.140,00 (mil cento e quarenta euros) (IVA incluído); quarenta e cinco exemplares do livro "O Ensino Primário Oficial em Guimarães", ao preço unitário de €20,00, o que perfaz um total de €900,00 (novecentos euros)

(Isento de IVA); dez exemplares do livro "O Preço da Vitória", ao preço unitário de €20,00, o que perfaz um total de €200,00 (duzentos euros) (S/ IVA); vinte exemplares do catálogo da exposição "Campos de Ilustração", ao preço unitário de €7,50, o que perfaz um total de €150,00 (IVA incluído). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 08.01 e na unidade económica 07.01.10.02. A referida Acta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO – Presente, em anexo, a Acta da Comissão de Selecção de Bolsas de Investigação, tomada em reunião de 29 de Outubro de 2010, para atribuição de uma Bolsa de Investigação a Isabel Maria Macedo Leitão da Silva, considerando a importância da temática para o conhecimento e aprofundamento da História Local. A referida Acta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente a seguinte informação da Divisão de Acção Social: "Por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo". A



referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA – Presente a seguinte informação dos

Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Sande Vila Nova aprovou a seguinte denominação toponímica: 56 – **Travessa Fonte Lantide** – Arruamento sem saída com início na Rua com o mesmo nome. Assim, nos termos Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Sande Vila Nova”. A planta e a designação toponímica dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE BRITEIROS

– **CEDENCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Outubro de 2010, que disponibilizou ao Agrupamento Vertical de Briteiros o transporte, em autocarro, dos alunos da EB1/JI Alto de Barco ao Museu Alberto Sampaio, no passado dia 4 de Novembro.

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DO MINHO – PROVA BTT – DOWN HILL – CEDENCIA DE AUTOCARRO –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de Outubro de 2010, que disponibilizou à Associação de Ciclismo do Minho duas viaturas de caixa aberta para prestar apoio à VII Prova do Campeonato Regional do Minho, realizado no

passado dia 31 de Outubro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “O Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efectuar o transporte dos alunos da EB1 Salgueiral ao Museu Alberto Sampaio, no próximo dia 15 de Dezembro. Considerando que se trata de uma actividade inserida no Plano de Actividades e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – CASFIG, EEM – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO - Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A CASFIG – Entidade Empresarial Municipal solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro nos dias 20 e 22 de Dezembro para efectuar o transporte das crianças residentes nos empreendimentos ao Aeroporto Sá Carneiro e à Terra dos Sonhos, em Santa Maria da Feira. Assim, considerando os objectivos prosseguidos pela empresa municipal e os apoios concedidos em anteriores actividades e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, submete-se à aprovação do executivo camarário o transporte solicitado”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE POLVOREIRA – OBRAS NA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Junta de



Freguesia de Polvoreira vem prestando, no seu Edifício Sede, um conjunto de apoios à população local, bem como de outras freguesias, nomeadamente nas áreas de formação, apoio social e emprego. No entanto, o Edifício Sede da Junta de Freguesia apresenta deficiências na estrutura do telhado, que cedeu, tendo originado infiltrações de água que, não sendo corrigidas, poderão provocar outro tipo de prejuízos. Face a esta situação, a Junta de Freguesia de Polvoreira solicita à Câmara Municipal de Guimarães um apoio destinado a custear as despesas com a realização das obras necessárias, que importam em €31.737,00 + IVA, de acordo com medição efectuada pelos Serviços do Departamento de Obras Municipais. Assim, nos termos da alínea b) do número 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2001, de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação do executivo camarário a atribuição, à Junta de Freguesia de Polvoreira, de um subsídio no valor de €33.641,22, sendo o pagamento efectuado através de autos de medição dos trabalhos realizados". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DA COSTA – CENTRO DE CONVÍVIO SÉNIOR – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Por escritura outorgada no passado dia 29 de Abril de 2008, foi doado, à Junta de Freguesia da Costa, o antigo edifício escolar do Mosteiro, para instalação de um Centro de Dia. Através de ofício, vem a Junta de Freguesia da Costa solicitar um apoio destinado a custear a realização de obras de requalificação do referido edifício, agora destinado a Centro de Dia (Centro de Convívio Sénior), tendo sido elaborada pelo Departamento de Obras Municipais a quantificação dos trabalhos

a executar, que importam em €24.461,45. Atendendo à importância da obra em causa, que irá contribuir para o bem-estar das pessoas mais idosas, proporcionando-lhes momentos de lazer e de convívio, proponho, nos termos da alínea b), do nº 6, do artº. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a atribuição de um apoio à Junta de Freguesia da Costa no valor de €24.460,56 (vinte e quatro mil quatrocentos e sessenta euros e cinquenta e seis cêntimos), a pagar mediante a realização de autos de medição. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE TABUADELO –
ARRANJO URBANÍSTICO DO LARGO DAS OLIVEIRAS –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Junta de Freguesia de Tabuadelo executou obras de arranjo urbanístico do largo das Oliveiras, em frente à Sede da Junta de Freguesia, a fim de dar uma maior dignidade ao local, uma vez que se encontrava bastante degradado. Através de ofício, a Junta de Freguesia de Tabuadelo solicitou à Câmara Municipal um apoio destinado a custear as despesas com a realização do referido Arranjo Urbanístico, que importou em €27.412,48, de acordo com medição efectuada pelos Serviços do Departamento de Obras Municipais. Assim, nos termos da alínea b), do nº6, do artº. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, proponho que seja atribuído, à Junta de Freguesia de Tabuadelo, um apoio no valor de €27.000,00, destinado às obras acima referidas, sendo o pagamento efectuado mediante a realização de autos de medição por parte dos Serviços do Departamento de Obras Municipais". Esta despesa está



cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

SUBSÍDIOS – JUNTAS DE FREGUESIA DE RENDUFE – REABILITAÇÃO DA SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA –

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança:

“Em reuniões de Câmara Municipal realizadas em 14 de Junho de 2007, 29 de Maio de 2008, 23 de Abril de 2009 e 21 de Janeiro de 2010 foram atribuídos subsídios à Junta de Freguesia de Rendufe, nos valores, respectivamente, de €12.833,08; €12.856,46, €12.856,46 e €48.257,00, montantes já pagos através da realização de autos de medição por parte dos Serviços do Departamento de Obras Municipais. De acordo com informação prestada pelo mesmo Departamento, o custo total da obra já executada estima-se em €158.261,42 + IVA, valor superior ao montante dos subsídios já atribuídos. Assim, vem a Junta de Freguesia de Rendufe solicitar à Câmara Municipal um apoio destinado a custear a conclusão da obra. Tratando-se de um edifício sede que irá melhorar os serviços da Autarquia e responder às actividades de apoio social de que a população carece, proponho, nos termos da alínea b) do número 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2001, de 11 de Janeiro, a atribuição, à Junta de Freguesia de Rendufe, de um subsídio no valor de €79.000,00, a pagar mediante a realização de autos de medição por parte dos Serviços do Departamento de Obras Municipais”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

SUBSÍDIOS – CÍRCULO DE ARTE E RECREIO – AQUISIÇÃO DA SEDE – Presente a seguinte proposta: “O Círculo de Arte e Recreio celebrou em 2008 com o então proprietário do edifício

onde está instalada a sua sede social um contrato para a sua aquisição, tendo solicitado apoio municipal para os encargos a satisfazer, o que foi considerado dado o interesse histórico da antiga "Casa de Agra" onde decorreram momentos integrantes da história da cidade e a importância da existência da posse da associação sobre o prédio para a candidatura a apoios estatais para a sua reabilitação. Na concretização desse pedido, a Câmara Municipal votou na sua reunião de 24 de Setembro de 2009 um subsídio de €50 000,00 (cinquenta mil euros) como parte do apoio a conceder. Considerando as razões atrás invocadas e tratar-se de um apoio concedido em primeira fase antes da entrada em vigor do Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães, proponho que a Câmara Municipal atribua, ao abrigo do nº6 do artigo 2º daquele Regulamento um subsídio de €50 000,00 (cinquenta mil euros) com o que se completa os apoios a conceder à aquisição do referido prédio". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO "OS VINTE ARAUTOS DE D. AFONSO HENRIQUES" – COMEMORAÇÕES DO 1.º DE DEZEMBRO – Presente a seguinte proposta: "A comemoração da Restauração da Independência de Portugal, de 1640, constitui, desde há largos anos, uma efeméride historicamente relevante que o Grupo Cultural e Recreativo "Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques" tradicionalmente assinala. Mais recentemente, aquela Associação abordou a Autarquia no sentido de estabelecer uma parceria através da qual se pudessem otimizar alguns aspectos relacionados com a organização e a logística associadas ao programa, pelo que, nessa conformidade,



a Câmara Municipal de Guimarães, reconhecendo a relevância da data e a importância de manter a sua comemoração, mantendo uma tradição já muito popular, passou a organizá-la conjuntamente com "Os Vinte Aautos de D. Afonso Henriques". Assim, na sequência dos contactos mantidos no âmbito da referida parceria, cumpre-me submeter à aprovação do Executivo o programa e orçamento da iniciativa: Programa: 22h30 – Hastear das bandeiras (sede do Grupo Cultural e Recreativa "Os Vinte Aautos de D. Afonso Henriques"); 22h45 – Início do desfile pelas ruas da cidade, percorrendo as principais artérias do Centro Histórico, onde irá sendo cantado o Hino da Restauração, para que o final decorra por volta das 24h00. 00h30 – Ceia na sede do Grupo Cultural e recreativo "Os Vinte Aautos de D. Afonso Henriques" para todos os participantes. Percurso: - Rua Gravador Molarinho (Sede dos "20 Aautos"); - Rua da Rainha D. Maria II; - Rua Alfredo Guimarães; - Rua Egas Moniz; - Largo Condessa do Juncal; - Rua da Arrochela; - Largo João Franco; - Rua Vale de Donas; - Largo dos Laranjais; - Rua das Trinas; - Largo do Carmo; - Rua Conde D. Henrique (Estátua D. Afonso Henriques) – Actuação do Grupo Coral de Pevidém; - Largo do Carmo; - Rua de Santa Maria; Travessa D. Aninhas; - Praça de S. Tiago; - Rua Gravador Molarinho (Sede do Grupo Cultural e Recreativo " Os Vinte Aautos de D. Afonso Henriques"); Orçamento estimado: 1. Despesa a assumir pela Câmara Municipal de Guimarães - Despesa estimativas a efectuar: 1.1 – Tipografia - €500,00; 1.2 – Coroa de Flores - €100,00. Total = €600,00. 2. Atendendo a que este era um compromisso assumido no Plano de Actividades em curso, propõe-se, ao abrigo do nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição, ao Grupo Cultural e Recreativo "Os Vinte Aautos de D. Afonso Henriques", de um subsídio no valor de

€2.400,00 (dois mil e quatrocentos) para custear as despesas inerentes à realização do desfile e da ceia”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO – CENTRO SOCIAL CULTURAL DESPORTIVO E RECREATIVO VILA NOVA DE SANDE – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “O Centro Social Cultural Desportivo e Recreativo de Vila Nova de Sande, vem solicitar a doação de mobiliário para equipar as suas instalações. Atendendo a que existe, em armazém, diverso mobiliário que já não satisfaz as necessidades dos serviços municipais, submete-se à consideração superior a doação ao Centro Social Cultural Desportivo e Recreativo de Vila Nova de Sande, do equipamento, melhor identificado na tabela abaixo, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Mesa redonda estrutura metálica e tampo em madeira	€200,00	€200,00
2 Mesas estrutura metálica e tampo em madeira	€85,00	€170,00
Secretária estrutura metálica ,tampo em madeira com 2 blocos de 2 gavetas	€70,00	€70,00
Total		€440,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE SANTO ESTEVÃO DE BRITEIROS – DOAÇÃO DE MOBILIÁRIO – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Fábrica da Igreja Paroquial de Santo Estêvão de Briteiros, vem solicitar a doação de mobiliário para equipar as salas onde funciona o Jardim-de-Infância. Atendendo a que



existe, mobiliário que já não satisfaz as necessidades dos estabelecimentos de ensino, conforme informação dos Serviços de Educação, submete-se à consideração superior a doação à Fábrica da Igreja Paroquial de Stº. Estêvão de Briteiros, do equipamento, melhor identificado na tabela abaixo, ao abrigo do disposto na alínea b), n.º 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

DESIGNAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
82 Cadeiras, estrutura metálica, assento e encosto em fórmica, Ref. Dren 03.	€4,00	€328,00
31 Mesas, estrutura metálica, tampo em fórmica	€25,00	€775,00
Total		€1.103,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – AFONSINA – TUNA DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO – VII CIDADE BERÇO – FESTIVAL DE TUNAS ACDÉMICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 9 de Novembro de 2010, que concedeu à Afonsina – Tuna de Engenharia da Universidade do Minho o seguinte apoio destinado à realização do VII Cidade Berço – Festival de Tunas Académicas: cedência de um palco a instalar no Largo da Oliveira no dia 12 de Novembro; cedência de uma extensão eléctrica desde o Edifício onde está instalada a Entidade Turismo do Porto e Norte de Portugal; disponibilização de um sistema de som; disponibilização de uma estrutura de outdoor para divulgação do evento; cedência de uma Cantarinha dos Namorados. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. JORGE – FESTA EM HONRA DE S. JORGE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Selho S. Jorge solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Jorge, realizada entre os passados dias 23 e 25 de Abril. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €125,42 (cento e vinte e cinco euros e quarenta e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE MESÃO FRIO – FESTA EM HONRA DO SANTO ANTONINO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Mesão Frio solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra do Santo Antonino, realizada entre os passados dias 3 e 5 de Setembro. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €46,00 (quarenta e seis euros). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE – FESTA EM HONRA DO SENHOR DOS AFLITOS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Junta de Freguesia de Ponte solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra do Senhor dos Aflitos, realizada entre os passados dias 17 e 19 de Setembro. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico



originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €65,42 (sessenta e cinco euros e quarenta e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – FESTA EM HONRA DE S. MARTINHO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Martinho, realizada entre os passados dias 11 e 14 de Novembro. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €48,72 (quarenta e oito euros e setenta e dois cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE VERMIL – FESTAS DE NATAL 2010 – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um pedido da Junta de Freguesia de Vermil solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações das Festas de Natal 2010, a realizar entre os passados dias 20 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €99,15 (noventa e nove euros e quinze cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE
APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----
PELAS ONZE HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS O
PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A
REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A
PRESENTE ACTA. -----**